



Estratégia
CONCURSOS



Estratégia
CONCURSOS



DIREITO AMBIENTAL

MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

PROF. ROSENVAL JÚNIOR

Competências em Matéria Ambiental



Competências em Matéria Ambiental



Competência Administrativa EXCLUSIVA da União – (Art. 21, da CF/88)

- ✓ Explorar os **serviços e instalações nucleares** de qualquer natureza e exercer **monopólio estatal** sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados.

Competência Administrativa EXCLUSIVA da União – (Art. 21, da CF/88)

- Toda **atividade nuclear** em território nacional **somente** será admitida para fins **pacíficos** e mediante **aprovação do Congresso Nacional**;(…)
- a **responsabilidade civil por danos nucleares** independe da **existência de culpa**.

Competência Administrativa EXCLUSIVA da União – (Art. 21, da CF/88)

As **usinas** que operem com **reator nuclear** deverão ter sua **localização** definida em **LEI FEDERAL**, sem o que não poderão ser instaladas. (Art. 225, § 6º, CF/88)

Atenção! É competência da **UNIÃO** licenciar atividades que utilizem **material radioativo ou energia nuclear** (Art. 7º, XIV, “g”, da LC 140/11).

Competência Legislativa PRIVATIVA da União (Art. 22, da CF/88)

- ✓ Desapropriação;
- ✓ Águas, Energia;
- ✓ Jazidas, Minas, outros Recursos Minerais;
- ✓ Populações Indígenas;
- ✓ Atividades Nucleares.

Energia Nuclear

- **Competência**
 - **Administrativa -> EXCLUSIVA da UNIÃO**
 - **Legislativa -> PRIVATIVA da UNIÃO**

- **Aprovar iniciativas do Executivo referentes a atividades nucleares -> CN**

- **Localização de usinas nucleares -> LEI FEDERAL**

- **Competência para licenciar -> UNIÃO**

Índios

- Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios -> Bens da UNIÃO.
- Competência para legislar sobre populações indígenas -> PRIVATIVA da UNIÃO.
- Autorizar a exploração e aproveitamento de RECURSOS HÍDRICOS e a pesquisa e lavra de riquezas MINERAIS em TI -> competência EXCLUSIVA do CN.
- Competência para demarcar e proteger as Terras Indígenas -> UNIÃO

Competência ADMINISTRATIVA COMUM entre TODOS os entes da federação (U, DF, E e M) – (Art. 23, da CF/88)

- ✓ proteger (...) bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- ✓ impedir a evasão, a destruição e a descaracterização (...) bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- ✓ proteger o Meio Ambiente e Combater a Poluição;
- ✓ preservar as Florestas, a Fauna e a Flora.

Parágrafo único. Leis [complementares](#) fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Competência **LEGISLATIVA CONCORRENTE** (U, E, DF) (Art. 24, da CF/88)

- ✓ **Direito urbanístico;**
- ✓ **Florestas, Caça, Pesca, Fauna;**
- ✓ **Conservação da natureza;**
- ✓ **Defesa do Solo e dos Recursos Naturais;**
- ✓ **Proteção do Meio Ambiente;**
- ✓ **Controle da Poluição;**
- ✓ **Proteção ao Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico, Turístico e Paisagístico;**
- ✓ **Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;**

Atenção!!! Artigo 24 -> apenas U, E, DF!!! Os Municípios estão no art. 30.



Como foi cobrado no Exame???

1 - FGV – Exame de Ordem - OAB

Legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição é de competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com fundamento no artigo 24 da Constituição Federal.

2) FGV – XVII EXAME DE ORDEM – OAB

União, Estados, Distrito Federal e Municípios têm competência material ambiental comum, devendo leis complementares fixar normas de cooperação entre os Entes.

3) FGV – EXAME DE ORDEM – OAB

Deverá ser editada lei ordinária com as normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para o exercício da competência comum de defesa do meio ambiente.

4) FGV – XVII EXAME DE ORDEM - OAB

O Município não tem competência material em direito ambiental, por falta de previsão constitucional, podendo, porém, praticar atos por delegação da União ou do Estado.

5) FGV – EXAME DE ORDEM – OAB

A competência executiva em matéria ambiental não alcança a aplicação de sanções administrativas por infração à legislação de meio ambiente.

6) Exame de Ordem - OAB

As usinas que operem com reator nuclear devem ter sua localização definida em lei estadual.

7) Exame de Ordem - OAB

É da competência dos estados a promoção, no que couber, do adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

8) FGV – IV Exame de Ordem – OAB

Os indígenas são proprietários das terras que ocupam em caráter permanente, mas devem explorá-las segundo as normas ambientais estabelecidas na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e do Código Florestal.

8) FGV – IV Exame de Ordem – OAB

Os indígenas são proprietários das terras que ocupam em caráter permanente, mas devem explorá-las segundo as normas ambientais estabelecidas na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e do Código Florestal.

Artigo 225, da CF/88.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Artigo 170, da CF/88

A **ordem econômica**, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da **justiça social**, observados os seguintes **princípios**:

(...)

III - **função social da propriedade**;

(...)

VI - **defesa do meio ambiente**, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

Artigo 225, da CF/88

Espaços Protegidos

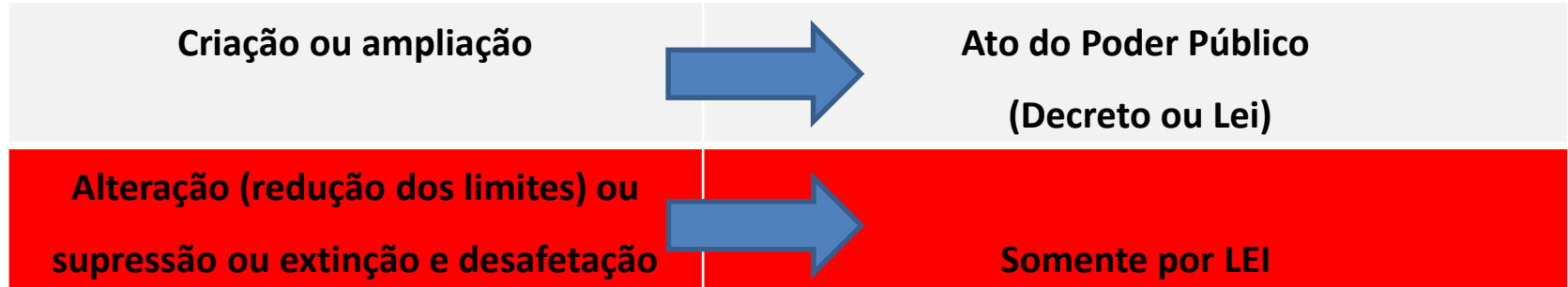
...incumbe ao Poder Público: III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de LEI, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Artigo 225, da CF/88

Espaços Protegidos (ETEPs)



Criação das unidades de conservação



9 - FGV- XVII EXAME DE ORDEM – OAB

Determinado município, por intermédio de lei reduziu os limites de uma determinada unidade de conservação.

A lei municipal em questão será considerada válida e eficaz, pois a redução dos limites de uma unidade de conservação pode ser feita até mesmo por decreto.

Artigo 225, da CF/88

Licenciamento Ambiental e EIA/RIMA

...incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de *significativa* degradação do meio ambiente, **estudo prévio de impacto ambiental**, a que se dará publicidade.

Artigo 225, da CF/88

Licenciamento Ambiental e EIA/RIMA



10 - FGV - XXII Exame de Ordem – OAB - 2017

Qualquer atividade ou obra, para ser instalada, dependerá da realização de Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA), ainda que não seja potencialmente causadora de significativa degradação ambiental.



11 - FGV - XVIII EXAME DE ORDEM - OAB

Determinada sociedade empresarial consulta seu advogado para obter informações sobre as exigências ambientais que possam incidir em seus projetos, especialmente no que tange à apresentação e aprovação de estudo prévio de impacto ambiental e seu respectivo relatório (EIA/RIMA). Considerando a disciplina do EIA/RIMA pelo ordenamento jurídico, assinale a afirmativa correta.

a) o EIA/RIMA é um estudo simplificado, integrante do licenciamento ambiental, destinado a avaliar os impactos ao meio ambiente natural, não abordando impactos aos meios artificial e cultural, pois esses componentes, segundo pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, não integram o conceito de “meio ambiente”.

b) o EIA/RIMA é exigido em todas as atividades e empreendimentos que possam causar impactos ambientais, devendo ser aprovado previamente à concessão da denominada licença ambiental prévia.

c) o EIA/RIMA, além de ser aprovado entre as licenças ambientais prévia e de instalação, tem a sua metodologia e o seu conteúdo regradados exclusivamente por resoluções do conselho nacional do meio ambiente (CONAMA), podendo a entidade / o órgão ambiental licenciador dispensá-lo segundo critérios discricionários e independentemente de fundamentação, ainda que a atividade esteja prevista em resolução CONAMA como passível de EIA/RIMA.

d) o EIA-RIMA é um instrumento de avaliação de impactos ambientais, de natureza preventiva, exigido para atividades/empreendimentos não só efetiva como potencialmente capazes de causar significativa degradação, sendo certo que a sua publicidade é uma imposição constitucional (CRFB/1988).



Artigo 225, da CF/88

Responsabilidade Ambiental

Art. 225, § 3º, CF/88 - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, **PESSOAS FÍSICAS** **OU JURÍDICAS**, a sanções **PENAI**S e **ADMINISTRATIVAS**, independentemente da **OBRIGAÇÃO DE REPARAR** os danos causados

Artigo 225, da CF/88

Responsabilidade Ambiental



12 - FGV - XXII Exame de Ordem – OAB – 2017

Tendo em vista a infestação de percevejo-castanho-da-raiz, praga que causa imensos danos à sua lavoura de soja, Nelson, produtor rural, desenvolveu e produziu de forma artesanal, em sua fazenda, agrotóxico que combate a aludida praga. Mesmo sem registro formal, Nelson continuou a usar o produto por meses, o que ocasionou grave intoxicação em Beto, lavrador da fazenda, que trabalhava sem qualquer equipamento de proteção.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a) Não há qualquer responsabilidade de Nelson, que não produziu o agrotóxico de forma comercial, mas para uso próprio.
- b) Nelson somente responde civilmente pelos danos causados, pelo não fornecimento de equipamentos de proteção a Beto.

- c) Nelson responde civil e criminalmente pelos danos causados, ainda que não tenha produzido o agrotóxico com finalidade comercial.**
- d) Nelson somente responde administrativamente perante o Poder Público pela utilização de agrotóxico sem registro formal.**

Artigo 225, da CF/88

Patrimônio Nacional

Art. 225, § 4º - A **Floresta Amazônica brasileira**, a **Mata Atlântica**, a **Serra do Mar**, o **Pantanal Mato-Grossense** e a **Zona Costeira** são **PATRIMÔNIO NACIONAL**, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Artigo 225, da CF/88

Patrimônio Nacional



Como foi cobrado no Exame?

13 - FGV - XII EXAME DE ORDEM – OAB

Os ecossistemas Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Matogrossense e Zona Costeira são considerados patrimônio nacional, devendo a lei infraconstitucional disciplinar as condições de utilização e de uso dos recursos naturais, de modo a garantir a preservação do meio ambiente.



Como foi cobrado no Exame?

14 - FGV - XII EXAME DE ORDEM – OAB

Os ecossistemas Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Matogrossense e Zona Costeira são considerados bens públicos, pertencentes à união, devendo a lei infraconstitucional disciplinar suas condições de utilização, o uso dos recursos naturais e as formas de preservação.

Como foi cobrado no Exame?

15 - (CESPE – EXAME DE ORDEM – OAB – 2009/3)

O § 4º do art. 225 da CF estabelece que “a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Em face desse dispositivo, assinale a opção correta.

- A) Tal preceito constitucional converteu em bens públicos os imóveis particulares abrangidos pelas florestas e pelas matas nele referidas.
- B) A Mata Atlântica, que integra o patrimônio nacional, é considerada bem da União.

C) O poder público está impedido de promover a desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária nas áreas referidas no preceito constitucional em apreço.

D) Os proprietários dos imóveis particulares inseridos nas florestas e matas referidas nesse dispositivo constitucional podem utilizar os recursos naturais existentes nessas áreas, desde que observadas as prescrições legais e respeitadas as condições necessárias à preservação ambiental.

Art. 225, §1º, VII, da CF88

Incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. (Incluído pela Emenda

Constitucional nº 96, de 2017)



FARRA DO BOI

COSTUME - MANIFESTAÇÃO CULTURAL - ESTÍMULO - RAZOABILIDADE - PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA - ANIMAIS - CRUELDADE. A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância da norma do inciso VII do artigo 225 da Constituição Federal, no que veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Procedimento discrepante da norma constitucional denominado "farra do boi". RE 153.531/SC



BRIGAS DE GALO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 11.366/00 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. ATO NORMATIVO QUE AUTORIZA E REGULAMENTA A CRIAÇÃO E A EXPOSIÇÃO DE AVES DE RAÇA E A REALIZAÇÃO DE "BRIGAS DE GALO". A sujeição da vida animal a experiências de crueldade não é compatível com a Constituição do Brasil. Precedentes da Corte. Pedido de declaração de inconstitucionalidade julgado procedente (ADI 2514/SC, julgada em 29/6/2005).

BRIGAS DE GALO

A promoção de briga de galos, além de caracterizar prática criminosa tipificada na legislação ambiental, configura conduta atentatória à Constituição da República, que veda a submissão de animais a atos de crueldade, cuja natureza perversa, à semelhança da “farra do boi” (RE 153.531/SC), não permite sejam eles qualificados como inocente manifestação cultural, de caráter meramente folclórico (ADI 1.856/RJ, julgada em 26/5/2011).

VAQUEJADA

VAQUEJADA – MANIFESTAÇÃO CULTURAL – ANIMAIS – CRUELDADE MANIFESTA – PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA – INCONSTITUCIONALIDADE. A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância do disposto no inciso VII do artigo 225 da Carta Federal, no que veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Discrepa da norma constitucional a denominada vaquejada. ADI 4983 / CE

16 - FGV – XX Exame de Ordem – OAB - Reaplicação Salvador/BA

Luiz Periquito, famoso colecionador de pássaros, é surpreendido pela autoridade ambiental municipal em sua propriedade, a qual lavra auto de infração tendo em vista a posse de animais silvestres sem autorização legal, objeto de caça, bem como indícios de maus tratos aos animais.

Sobre o caso e tendo em vista a proteção à fauna no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) A atuação da autoridade municipal é inválida, já que a competência legislativa e material para tratar sobre caça, pesca e fauna é exclusiva da União Federal.

b) O auto de infração está irregular, uma vez que a fauna não foi objeto de tutela constitucional e a Lei nº 5.197/67 (Lei de Proteção à Fauna) não disciplina especificamente o tema de caça e maus tratos.

c) O auto de infração está correto, uma vez que a Constituição de 1988 veda qualquer forma de caça no território brasileiro, seja esportiva ou caça de controle.

d) A conduta de Luiz Periquito está em desconformidade com a Constituição de 1988, já que há expressa vedação constitucional às práticas que submetam os animais à crueldade, na forma da lei.

17 - VUNESP – PROCURADOR – 2017

Consideram-se cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, em qualquer tipo de manifestação.

QUESTÕES

18 - FGV – EXAME DE ORDEM - OAB

Considerando a repartição de competências ambientais estabelecida na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(a) Deverá ser editada lei ordinária com as normas para a cooperação entre a união e os estados, o distrito federal e os municípios para o exercício da competência comum de defesa do meio ambiente.

(b) A exigência de apresentação, no processo de licenciamento ambiental, de certidão da prefeitura municipal sobre a conformidade do empreendimento com a legislação de uso e ocupação do solo decorre da competência do município para o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

(c) Legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição é de competência concorrente da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, com fundamento no artigo 24 da constituição federal.

(d) A competência executiva em matéria ambiental não alcança a aplicação de sanções administrativas por infração à legislação de meio ambiente

19 - FGV – XII EXAME DE ORDEM - OAB

Com relação aos ecossistemas Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense e Zona Costeira, assinale a afirmativa correta.

- A) Tais ecossistemas são considerados pela CRFB/1988 patrimônio difuso, logo todos os empreendimentos nessas áreas devem ser precedidos de licenciamento e estudo prévio de impacto ambiental.**
- B) Tais ecossistemas são considerados patrimônio nacional, devendo a lei infraconstitucional disciplinar as condições de utilização e de uso dos recursos naturais, de modo a garantir a preservação do meio ambiente.**

C) Tais ecossistemas são considerados bens públicos, pertencentes à união, devendo a lei infraconstitucional disciplinar suas condições de utilização, o uso dos recursos naturais e as formas de preservação.

D) Tais ecossistemas possuem terras devolutas que são, a partir da edição da Lei nº 9.985/2000, consideradas unidades de conservação de uso sustentável, devendo a lei especificar as regras de ocupação humana nessas áreas.

20 - FGV – XVII EXAME DE ORDEM - OAB

O município Z deseja implementar política pública ambiental, no sentido de combater a poluição das vias públicas. Sobre as competências ambientais distribuídas pela Constituição, assinale a afirmativa correta.

A) União, Estados, Distrito Federal e Municípios têm competência material ambiental comum, devendo leis complementares fixar normas de cooperação entre os Entes.

B) Em relação à competência material ambiental, em não sendo exercida pela União e nem pelo Estado, o Município pode exercê-la plenamente.

C) O Município só pode exercer sua competência material ambiental nos limites das normas estaduais sobre o tema.

D) O Município não tem competência material em direito ambiental, por falta de previsão constitucional, podendo, porém, praticar atos por delegação da União ou do Estado.

21 - FGV - XX EXAME DE ORDEM - OAB

O prefeito do Município Alfa, que conta hoje com 30 (trinta) mil habitantes e tem mais de 30% de sua área constituída por cobertura vegetal, consulta o Procurador Geral do Município para verificar a necessidade de edição de Plano Diretor, em atendimento às disposições constitucionais e ao Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01). Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

A) O Plano Diretor não é necessário, tendo em vista a área de cobertura vegetal existente no Município Alfa, devendo este ser substituído por Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA).

B) O Plano Diretor não será necessário, tendo em vista que todos os municípios com mais de 20 (vinte) mil habitantes estão automaticamente inseridos em “aglomerações urbanas”, que, por previsão legal, são excluídas da necessidade de elaboração de Plano Diretor.

C) Será necessária a edição de Plano Diretor, aprovado por lei municipal, que abrangerá todo o território do Município Alfa, em razão do seu número de habitantes.

D) O Plano Diretor será necessário na abrangência da região urbana do município, regendo, no que tange à área de cobertura vegetal, as normas da Política Nacional do Meio Ambiente.

22 - FGV - XXIII EXAME - OAB - PROVA APLICADA EM 23/07/2017

A Lei Federal nº 123, de iniciativa parlamentar, estabelece regras gerais acerca do parcelamento do solo urbano. Em seguida, a Lei Municipal nº 147 fixa área que será objeto do parcelamento, em função da subutilização de imóveis. Inconformado com a nova regra, que atinge seu imóvel, Carlos procura seu advogado para que o oriente sobre uma possível irregularidade nas novas regras. Considerando a hipótese, acerca da Lei Federal nº 123, assinale a afirmativa correta.

A) É formalmente inconstitucional, uma vez que é competência dos municípios legislar sobre política urbana.

B) É formalmente inconstitucional, uma vez que a competência para iniciativa de leis sobre política urbana é privativa do Presidente da República.

C) Não possui vício de competência, já que a Lei Municipal nº 147 é inconstitucional, sendo da competência exclusiva da União legislar sobre política urbana.

D) Não possui vício de competência, assim como a Lei Municipal nº 147, sendo ainda de competência dos municípios a execução da política urbana.

OBRIGADO

PROF. ROSENVAL

INSTAGRAM @PROFROSENVAL



Estratégia

CONCURSOS